TENDÊNCIAS DA NUPCIALIDADE NA BAHIA

Maria Stella Ferreira Levy*

INTRODUÇÃO

O estudo da nupcialidade envolve a análise dos fenômenos que influem na formação e dissolução da união conjugal, sendo de importância não só para a demografia, mas também, para as ciências sociais como um todo, pois são fenômenos sociais que estão no bojo do processo de formação e dissolução da família.

A manipulação das maneiras e das condições dentro das quais se realizam ou se desfazem os casamentos constitue um dos mais importantes meios pelos quais se concretiza o controle social sobre a sexualidade e se regulam aspectos centrais de reprodução social e biológica.

O incentivo ao celibato, a postergação dos casamentos para idades mais velhas ou estímulo ao casamento precoce, constituem, por exemplo, mecanismos dos mais importantes desta regulação ou dos mais enfatizados pela literatura referente aos estudos de população (1). Por isso mesmo, têm-se observado que as crises econômicas apresentam reflexos nas taxas de nup-

^{*} Do Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Publica da Universidade de São Paulo. Professor Visitante no CRH/UFBa de 1983 a 1985.

⁽¹⁾ Seja a nível micro ou a nível macro. A manipulação dessas variáveis como política populacional foi sugerida por Malthus para resolver o problema da pobreza e neste século a China utilizou a postergação da ida de legal do casamento como um dos itens, visando a redução da natalidade.

cialidade (2). Pari passu as condições em que se realizam as uniões podem afetar ou serem afetadas por outros aspectos da vi da individual e social, como por exemplo as relações de trabalho que podem ser vistas como resultante também da intensidade das uniões (3); a disponibilidade e valorização das terras' (4) assim como as formas de transmissão da herança interferem ou definem, os padrões de casamento.

Assim é interessante conhecer informações sobre o aumento ou diminuição da idade de casar, sobre o número e a duração de casamentos, a escolha do tipo de união conjugal, e de como se comporta a fecundidade segundo essas variáveis. Além disso, como essas variáveis estão diretamente associadas à proporção da população por sexo e idade, é importante estudar o que se convencionou chamar "mercado matrimonial" (5) e a. realimentação entre migração e a nupcialidade.

⁽²⁾ Apud MADEIRA, F.R. "Nupcialidade" In: J.L.F.SANTOS, M.S.F.LEVY & T.SZM RECSÁNYI. Dinâmica da População - Teoria, métodos e técnicas de análi se, Ed. TAQ, S. Paulo, 1980, citando trabalho não publicado, elaborado por Paulo Singer, Cedip-FSP/USP, 1968.

⁽³⁾ Ver OLIVEIRA, M.C.F.A. de "A família no Brasil e algumas hipóteses de trabalhe" FAU/USP, S.Paulo 1976, para sugestões a esse respeito.

⁽⁴⁾ Apud MADEIRA, F. op. cit., pg. 182, citando o trabalho de MERRICK T., "Demographic aspects of rural Settlement in Brazil: evidence from the 1970 census", the University of Pensilvania, 1974.

⁽⁵⁾ Que corresponde a disponibilidade de homens, medida pela razão de masculinidade, conforme descrito por GOLDANI ALTMANN, A.M. "Aspectos formais para o estudo da fecundidade e nupcialidade". ANAIS I Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Campos do Jordão, S.P., 1978, a pg. 358, quando cita GERMAIN, A. "The status and role of women as fac tor in fertility behavior: a policy analysis "Studies in Family Planning, 6 (7), julho, 1976, apud DUZA, M.B. Nupciality and Population Policy, The Population Council, 1977.

Conhecer melhor a relação entre esses aspectos e a nupcialidade é tão importante como conhecer a interação entre as próprias variáveis da nupcialidade, ou seja, entre idade ao casar, tipo de união e duração do casamento; entre idade ao casar e celibatários; entre tipo de união e estado conjugal, etc, e o papel da mesma como variável intermediária passível de modificar as características dos padrões e tendências da fecundidade.

Os dados do registro civil, em nosso país, excluem muitas formas de união; e os dados censitários não incluem informações sobre o assunto, como por exemplo a idade de início da união, que precisa ser estimulada por meio de técnicas indiretas. Tanto as informações censitárias como as obtidas em pesquisas amostrais específicas, esbarram em dificuldades de definições do estado conjugal e do tipo de união, tanto da parte de entrevistados como de entrevistadores, complicando a análise do fenômeno (6).

O presente trabalho se propõe a apresentar, analisar, e divulgar um panorama geral da evolução e das tendências das

⁽⁶⁾ Vários autores apresentaram críticas sobre esse ponto. Ver entre outros: CASTRO, M.G. "Tipologia conjugal do migrante recente" In: o quadro das famílias em domicílios de chefes migrante e natural: um estudo censitário dos diferenciais nas regiões metropolitanas brasileiras", Rio de Janeiro, F. IBGE, 1977; LEVY, M.S.F. "Considerações sobre o tipo de união, aspectos institucionais e demográficos" In: C.P.F. de CA MARGO, E.S. BERQUÓ, & M.C.F.A. de OLIVEIRA (edts), A fecundidade em São Paulo, características demográficas, biológicas e sócio-econômicas S. Paulo, Edit. Brás. de Ciências, 1977; MADEIRA, F.R. op. cit.; GOLDANI ALTMANN, A.M. "A estrutura familiar na região Sudeste de Brasil". Informe Demográfico, 17: 7-30, S.Paulo, F. SEADE, 1986.

variáveis da nupcialidade feminina no Estado da Bahia de 1960 a 1980, com base nos dados de censo (7). Selecionou-se esse período, uma vez que o critério para conceituar estado conjugal e tipos de união em censos anteriores foi alterado em 1960, e isto prejudica e até impossibilita certas comparações, com censos anteriores (8).

TENDÊNCIAS DO COMPORTAMENTO CONJUGAL DA POPULAÇÃO FEMININA

É possível observar para a Bahia (Tabela 1), que de 1960 para 1970, praticamente se manteve a proporção de solteiras da década de 50, havendo um decréscimo na de 70; esses últimos valores, mais baixos do que a proporção inicial da década de 50, indicam um aumento maior de casamentos na ultima década. Esse movimento encontra paralelo no país como um todo e na região Nordeste também (9). A diminuição das solteiras

⁽⁷⁾ Utilizou-se as variáveis da nupcialidade para a população feminina de 15 anos e mais, disponíveis nos censos demográficos ou passíveis de se rem estimadas a **partir** dessas informações, tais como: estado conjugal, frequência do celibato definitivo, intensidade das uniões e idade média à primeira união. As três primeiras provem de dados diretos do censo. Contemplou-se sempre que possível a situação do domicílio de residência uma vez que foi diferencial o comportamento segundo essa variável. Tam bém foram trabalhados os dados referentes a estado conjugal e fecundi dade.

⁽⁸⁾ Para discussão desse critério sugerimos a leitura da bibliografia cita da na nota (6) e também a de GOLDANI, A.M., citada à nota (5).

⁽⁹⁾ Em relação a dados sobre a nupcialidade para região Nordeste sugerimos consultar LEVY, M.S.F. & PAGLIARO, H. "Tendências recentes da nupciali dade no Nordeste: diferenças e semelhanças" <u>ANAIS do IV Encontro Nacio nal de Estudos Populacionais</u>. 2061-2091, ABEP, Águas de S. Pdero, S.P. Outubro,, 1984; e GOIDANI ALTMANN, A.M. & WONG, L.R.: "Padrões e tendên cias da Nupcialidade no Brasil, <u>Anais, II Encontro Nacional de Estudos</u>

Bahia, é refletida no aumento da intensidade dos casamentos no períodos, na zona rural, e mais ainda, na urbana. A tendência que se observa nas proporções de casadas é inversa, diminuindo levemente na primeira década (não chega a 0,5%) e aumentando na segunda. As viúvas e as outras categorias de descasadas vêm diminuindo proporcionalmente nas duas décadas, o que é coerente com a melhoria das taxas de mortalidade adulta para o Esta do, especialmente a masculina (10). Isso significa que, em parte, essas uniões não são apenas desfeitas por desaparecimento do parceiro do sexo masculino, mas também que essa situação de viuvez diminue, na medida em que aumenta a sobrevivência desses parceiros.

De outro lado, as altas razões de masculinidades nas idades mais velhas (11), o aumento da intensidade dos casamentos (Tabela 5) e o aumento de mulheres casadas com mais de 50 anos (Figura 6), sugerem ocorrências de segundas uniões, embora o crescimento de 99,48% de mulheres chefes de família, na

<u>Populacionais</u>, ABEP, Aguas de São Pedro, S.P., 1980; GOLDANI ALTMANN, A.M. & WONG, L.R.: "Estimativas de fecundidade para o Brasil e suas regiões a partir de informações sobre nupcialidade e fecundidade marital", apresentado ao Seminário "Tipos de família e fecundidade", IUSSP, São Paulo, Agosto, 1981; ALBURQUERQUE, F. et Alii "Padrões e tendências da nupcialidade e algumas características da fecundidade". <u>Boletim Demográfico</u>, 12 (2), F. IBGE, abril/junho, 1981.

⁽¹⁰⁾ Consultar LEVY, M.S.F. <u>Tendências e Padrões de Mortalidade na Bahia</u>, capítulo do Relatório Final do projeto "Dinâmica do crescimento e re distribuição espacial da população baiana 1950-1980", CRH/UFBa, 1986.

⁽¹¹⁾ Como pode ser observado na Tabela 6 adiante, mesmo havendo alguma superestimação de homens e/ou subestimação de mulheres, ainda são bastan te altas as razões de sexo no Estado, e na zona rural em particular.

Bahia, ofereça indicação diversa (12).

No que se refere às mulheres casadas, nota-se um aumento na idade média e mediana delas (Tabela 2), mostrando uma tendência ao envelhecimento desse grupo, tanto no quadro urbano quanto no rural. Isso pode significar uma melhoria nas esperanças de vida (devido à queda de mortalidade), explicação também aplicável ao envelhecimento do contingente de mulheres viúvas de todo o Estado. A proporção de mulheres casadas residentes na zona rural é superior à de residentes em zona urbana, - enquanto que a frequência de mulheres em outro tipo de estado conjugal na zona rural é inferior à de zona urbana, apesar da razão de masculinidade maior do 100 que primeira. Pode-se sugerir que as primeiras núpcias preferenciais entre residentes na área rural do que quando se compara com a área recasamentos, urbana. frequência das mulheres casadas nos dois locais de domicilio, apresenta para o período de 60 a. 80, um crescimento que é semelhante ao ocorrido para a região Nordeste como um todo. Esse crescimento relativo foi, na Bahia, de 9,3% na zona urbana e 8,8% na rural.

No que tange à proporção de solteiras residentes na zona urbana, verifica-se um aumento entre 1960 e 1970 e um decréscimo na década de 1970, tendo variado de 38,88% em 1960 para 36,16% em 1980. Já na área rural constata-se uma queda constante ao longo do período de 60 a 80, de -32,0%. Nesse período,

⁽¹²⁾ Informação de Mary Garcia Castro. Dados de sua tese de doutorado, em fase final de elaboração.

a população solteira residente na zona urbana e no estado como um todo, rejuvenesceu. Esse rejuvenescimento em parte pode estar ligado à queda acentuada da mortalidade na década de 50 e manutenção de altas taxas de fecundidade até 1970, o que resulta no efeito da geração, ou seja, num aumento na proporção de pessoas em idades jovens; contudo, como na zona rural alterou muito pouco a idade média das solteiras, parece que o rejuvenescimento maior na zona urbana se deveu bastante ao efeito da migração rural-urbana.

As figuras 1 a 6 mostram a distribuição percentual por idade, de casadas e solteiras no Estado da Bahia, segundo o local de residência atual (13), nos três últimos censos.

A pequena alteração dos coeficientes de assimetria dentro das categorias de solteiras e casadas ao longo dós anos, é uma indicação de que as distribuições não apresentam tendências significativas de mudança, apesar de aumento nas proporções de casadas mais idosas, independente do local de residência delas.

Verifica-se também através desses coeficientes, que os valores obtidos para as mulheres solteiras são mais altos do que aqueles das casadas, indicação de que há maior proporção de mulheres jovens na primeira categoria, e cuja tendência foi de aumento no período, seja parei a zona urbana, seja para

⁽¹³⁾ Calculamos coeficientes de Assimetria de Pearson (CA. = X - Me) para todos as categorias, nos três censos. 5

a zona rural. Esse dado caminha, na mesma direção do efeito geracional mencionado. Os valores encontrados para as solteiras residentes na zona rural mostram que aí há uma diferença a ser notada: maior frequência de mulheres jovens do que na zona urbana.

No quadro rural diminuiu a proporção de casados nos grupos mais jovens e tanto no quadro rural como no urbano, a proporção de mulheres casadas com mais de 50 anos aumentou em 1980 (Figura 6), o que se reflete na intensidade dos casamentos que vem crescendo no período (Tabela 5). No segundo caso, além das explicações relativas ao aumento da longevidade, observa-se que as razões de masculinidade são maiores do que 100 após os 40 anos de idade, particularmente na zona rural.

Ha um decréscimo relativo constante com referencia a proporção de viúvas residentes na zona urbana(assim como para o conjunto do Estado), que é para as duas décadas de - 16,4% (Tabela 1). Aquelas residentes em zona rural apresentam um pequeno decréscimo entre 1960 e 1980, de 7,4%. Considerando-se a melhoria, havida nos níveis de mortalidade masculina e/ou aumento da razão de masculinidade pode-se aventar a hipótese que menos mulheres ficam viúvas e também que poderá ha ver mais recasamento do grupo. Para as separadas, desquitadas e divorciadas observa-se a mesma tendência do que para as viúvas, o decréscimo foi de -36,4% para a zona urbana e -27,3% para as residentes na zona rural.

É interessante notar o crescimento relativo entre

1970 e 1980, da proporção de mulheres que não declaram seu estado conjugal, e que foi de 98,6% para o total do Estado. As mulheres que se encontram nesta categoria poderiam sor solteiras, casadas, viúvas, e separadas, desquitadas ou divorcia das; entretanto em 1970, no domicílio rural, estas mulheres parecem pertencer às duas últimas categorias de estado conjugal, pois tem a idade média de 55,40 anos (Tabela 2). Esse aumento da falta de declaração pode se dever também a uma melhoria no preenchimento do questionário do censo, em relação a esse quesito.

. Alteração no padrão de tipo de união

Na região nordeste em 1960 predominavam as uniões de tipo somente religioso, padrão alterado a partir de 1970, em função de uma redução acentuada desse tipo de união (-52,8%) (14). Já em 1970 dominavam as uniões realizadas no civil e no religioso (43,16%) e em 1980 suas proporções atingem quase 50%. As uniões do tipo só civil, foram as que mais cresceram de importância (89,6%), representando em 1980 cerca de 20% das uniões. É de se notar também a tendência ascendente das uniões consensuais, que em 1980 perfazem 15% dos casamentos. Uma maior "institucionalização" das uniões, provoca o crescimento das proporções de casadas nas categorias do tipo civil

⁽¹⁴⁾ Vários dos trabalhos aqui citados se referem a isso, como os de GOLDANI; LEVI & PAGLIARO além de outros como: MERRICK, T. & BERQUÓ. E. "The Determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility, Washington, D. C. National Academy Press (report nb 23), 1983" e BERQUÓ, E. & LOYOLA, M. A. "A união dos sexos e estratégias reprodutivas no Brasil" Revista da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1(1): 35-98, jan./dez., 1984.

e religioso e somente civil, com uma predominância da primeira categoria, embora cresçam também, sobretudo na década de 1970, as proporções de mulheres vivendo em união consensual ou livre. A Bahia segue esse modelo.

0 aumento dos tipos de casamento civil e religioso, só civil, e livre, e a queda da união só religiosa, foi ten dência notada em trabalho anterior, com dados do censo de 1960 e 1970 para algumas capitais de estados brasileiros(15).

Nesse trabalho se fez uma cla.ssificação de tipos de união, baseada na forma de controle exercido pelas instituições sociais sobre a constituição das uniões. Por este critério o tipo de união mais institucionalizado, porque sanciona do pelo Estado e pela Igreja, é o civil e o religioso. Seguese o casamento só cível, onde apenas o reconhecimento do Esta do ocorre, e o casamento só religioso vem em terceiro lugar. A união consensual apresenta o menor grau de institucionalização.

Assim, tendo em vista um gradiente do maior para o menor controle institucional, observa-se: em 1960, que o padrão menos institucionalizado caracteriza as mulheres residentes em área rural, enquanto que para aquelas residentes na zona urbana

⁽¹⁵⁾ Para primeira elaboração da tipologia aqui mencionada vide o capítu lo: LEW, M.S.F. "Considerações sobre o tipo de união, aspectos ins titucionais e demográficos" In: E.S. BERQUÓ, M.C.A.F. de OLIVEIRA e C.P.F. de CAMARGO (eds), <u>A Fecundidade em São Paulo, características demográficas, biológicas e sócio-econômicas</u>, São Paulo, Editora Bra sileira de Ciências, 1977.

verifica-se uma maior frequência de casamentos de tipo "civil e religioso".

A população feminina residente no quadro rural, permanece durante as três décadas apresentando maior proporção de casamentos "só religioso", apesar de queda desse tipo de união e aumento da "civil" e "religioso", conforme se observa na tabela 3.

As mulheres residentes em área urbana apresentam um padrão mais institucionalizado, especialmente no censo de 1970, uma vez que em 1980 é muito pequena a diferença numérica da união "livre" quando comparada a "só civil" (16).

Nos dois primeiros censos, o peso da população rural no conjunto do Estado, faz com que a nível global a Bahia apresente as mesmas características do rural; já no censo de 80 isso se altera.

Quanto às proporções relativas ao tipo de casamen to, verifica-se que as uniões realizadas no civil e religioso predominam em 1980, tanto na zona rural, quanto na urbana (tabela 3). No quadro rural, a tendência, durante todo o período é de ascenção, com um acréscimo relativo de 14,4% entre 1970 e 1980. Já na zona urbana nota-se um crescimento de 5,3%

⁽¹⁶⁾ Alguma, elaboração sobre o significado das uniões "livre" e "só civil", pode ser encontrada no artigo publicado nos <u>ANAIS</u>, ABEP, 1984, citado à nota 9.

na primeira metade do período, e um decréscimo de -2,90% na metade subsequente. A idade média das mulheres casadas por es te tipo de união, fica em torno dos 40 anos, sendo as residentes na zona urbana as mais jovens (tabela 4).

Os casamentos realizados apenas no civil, mostram uma tendência do crescimento tanto na zona urbana quanto na rural. As mulheres casadas por este tipo de união, residentes na área urbana estão dentre as mais jovens, nos três censos observados.

Ao analisarmos a união do tipo só religioso, observa-se que decresce tanto na zona urbana quanto na rural, sen do que em 1960 o quadro rural apresenta uma proporção de 51, 97% e em 1980, 33,60%, dessas uniões. O decréscimo no período foi portanto de -35,4%. No quadro urbano o decréscimo foi de -45,3% e a proporção desses casamentos em 1980 é 12,72%. A estrutura etária dessas mulheres vem envelhecendo ao longo do período estudado, tanto para as residentes na área urbana, quanto na rural.

A união livre ou consensual apresenta uma tendência de declínio, na primeira metade do período e de crescimento na última metade, em ambos locais de residência. Em 1980, 15,95% das mulheres são unidas consensualmente no quadro rural e 22,66% no urbano. O crescimento do período 1960-1980 foi maior na área rural (41,9%) do que na urbana (16,5%), mostrando a importância desse crescimento na ultima década. A estrutura etária do grupo vem paulatinamente rejuvenescendo entre 1960 a 1980, caracterizando-se como uma união prefere-

cial de mulheres mais jovens.

Quando somamos os casamentos civil e religioso --de um lado com os do tipo só civil, de outro com o só religioso -- , observamos que, em 1980, a área urbana do Estado a
presenta 64,62% de casamentos legalizados e 50,45% de
casamentos religiosos. No quadro rural, 54,92% de casamentos
legalizados e 65,98% de religiosos. Assim, a zona urbana da
Bahia tem mais casamentos legais do que religiosos, e a zona
rural mais religiosos do que legais. No Estado como um todo,
o casa mento religioso (soma de civil e religioso, com só
religioso) é 60,68% e predomina sobre o legal (soma de civil
e religioso com só civil), que é 57,22%, apesar do
crescimento da população urbana.

O que se observa nas modificações ocorridas entre as proporções dos vários tipos de união é que, além da institucionalização, há uma secularização das uniões, favorecendo tanto a união civil como a consensual. Essa escolhe é preferencialmente a do grupo mais jovem, e se a tendência for mantida, é possível que ainda venha aumentar até o censo de 90.

Com base no censo de 1970, Albuquerque et allii (17), estimaram para a Bahia, o número médio de filhos por mulher, segundo o tipo de união. Encontraram para as casadas

⁽¹⁷⁾ ALBUQUERQUE, F., MARTINS, M. & DIAS, V.R.S., "Padrões e tendências da nupcialidade e algumas características da fecundidade" Boletim Demográfico, 12(2), F.IBGE, abril/junho, 1981.

no civil e religioso, uma média de 5,45 filhos por mulher para aquelas com casamento só religioso a média foi de 5,19 filhos. No caso das casadas só legalmente 4,71 filhos e das mulheres vivendo em união livre ou consensual, o número médio de filhos foi 4,29.

Esses resultados mostram como a fecundidade pode ser diferencial segundo as formas de união selecionadas. Seria interessante pesquisar o porquê da escolha de certos tipos de união em prejuízo de outras, e o que ---- além da menor idade das mulheres estudadas com casamentos só civil e livre ---- ocasiona esse menor número de filhos por mulher.

. <u>Idade média à primeira união</u>, <u>prevalência do celibato e intensidade da nupcialidade</u> (18).

As idades de início das uniões, estimadas para o Estado da Bahia em 1960, 1970 e 1980 são respectivamente 22,34*, 22,95 e 22,23 anos.

A tendência encontrada para este Estado entre 1960, 1970 e 1980, é a mesma observada para o conjunto da Região

⁽¹⁸⁾ A idade média, ao casar foi calculada através da proporção de solteiras, utilizando-se o método de HAJNAL, J. "Age at marriage and proportions marrying". Population Studies, 7, nov., 1953. A classe etária de 45-49 anos foi usada como hipótese de término da probabilidade de união. A frequência do celibato definitivo foi definida = solteiras de 45-49 anos x 100 e a intensidade da nupcialidado = solteiras de 15-19 anos

⁻solteiras de 45-49 anos x 100 solteiras de 15-19 anos]

Nordeste e para a maioria de seus Estados(19), ou seja, aumento da idade ao casar em 1970 e redução em 1980, atingindo nível inferior ao observado em 1960 e mostrando uma variação para menos, de cerca de -0,14 anos (tabela 5).

Com relação aos diferenciais nos padrões de nupcialidade rurais e urbanos, observa-se em termos de calendário, que em 1960 a população feminina na área urbana do Estado apresentava um idade média de início das uniões muito semelhantes à da área rural, sendo de 22,27 e 22,43 anos para os dois domicílios, respectivamente. A partir de 1970 este comportamento se reverte, passando a população feminina residente na. zona urbana a apresentar idades médias à primeira união superiores à da população da zona rural.

Os valores encontrados, entre outras explicações, devem estar relacionados ao processo de imigração, que contribui para o retardamento do início das uniões da zona urbana do Estado: 23,50 anos em 1970 e 22,84 em 1980, que, embora, inferior a 1970, é ainda superior à de 1960.

Nesse sentido é interessante notar que os Estados do Nordeste com menor peso do saldo migratório (SE, AL, MA) apresentam em 1980 as menores proporções de solteiras aos 20-24 anos, as menores idades médias ao casar e menores proporções

⁽¹⁹⁾ Ver LEVY, M.S.F. & PAGLIARO, H., op. cit.

de celibatárias definitivas (20). Bahia e Rio Grande do Norte, apesar de terem o peso do saldo migratório semelhante aos Estados mencionados, apresentam comparativamente, um ano e mais na idade média à união e maiores proporções de solteiras, tanto aos 20-24 anos como aos 40-44 anos, o que, no caso da Bahia, podem estar relacionados a migração rural-urbana.

Observa-se no período entre 60 e 80 um crescimento relativo constante da população feminina urbana (38,5%) e um decréscimo relativo também constante da população rural (-24,5%) (21). As zonas urbanas constituem um ponto de atração de contingente de imigrantes do sexo feminino, constituído em grande parte por mulheres solteiras e em idades jovens, que poderiam transpor para as cidades, padrões de nupcialidade inerentes às populações do campo, onde os casamentos tendem a ser mais precoces. Entretanto, vários estudos tem mostrado que o processo migratório influi nos padrões de nupcialidade dos indivíduos imigrantes, no sentido de retardar o

⁽²⁰⁾ Estimada aqui pelo grupo etário de 40-44 anos. Transcrevemos dados relativos a esses Estados:

M A 4 , 7 3 3 7 , 0 2 6,30 21,24 S E 2 , 0 1 4 3 , 3 6 9,98 21,60 A L 4 , 0 2 4 0 , 0 8 8,19 21,46 BA 4,64 46,17 9,99 22,23	1980 % ESTADOS	do peso do, saldo migratório	% de solteiras de 20-24 anos	% de solteiras de 40-44 anos	idade média ao
	S E A L	4 , 7 3 2 , 0 1 4 , 0 2 4,64	3 7 , 0 2 4 3 , 3 6 4 0 , 0 8 46,17	9,98 8,19	21,60 21,46

Fonte: LEW, M.S.F. & PAGLIARO, H. op. cit. pp. 2076/2077.

(21) LEVY, M.S.F.; SOUZA, G.A.A. de; PAGLIARO, H. et allii - RELATÓRIO fi nal da la etapa, da pesquisa "Dinâmica do crescimento e redistribui ção espacial da população bahiana 1950-1930", Salvador, CRH/UFBa , 1984.

inicio das uniões(22), e, **as** baixas **razões** de masculinidade de todos os grupos etários na zona urbana do Estrdo da Bahia nos anos de **1960**, 1970 e 1980, (tabela 6, **a** seguir) corroboram nesse sentido.

Note-se, também, (tabela 6), que apesar de se man terem as razões de masculinidade abaixo de 100 nas idades **ate** 40 anos, especialmente na zona urbana, elas **apresentam** um crescimento durante o período, **fato** que pode estar relaciona do às mudanças no nível da mortalidade.

TABELA 6razões de masculinidade da **POPULAÇÃO** do estado **da bahia segundo a**SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO 1950, 1970 E 1980

GRUPOS DE		1960			1970			1980	
IDADE	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
15 - 19	88,5	77,1	94 ,8	94,8	81,8	98,2	96,6	88,9	105,4
20 - 24	81,8	72,4	87 ,8	86,8	81,0	91,5	93,4	88 ,5	99,7
25 - 29	80,8	73,5	85 ,6	86,4	79,3	91,9	92,9	88,1	99.0
30 - 34	88,2	83,0	91 ,6	88,9	83,0	93,8	94,4	90,0	99,5
35 - 39	92,9	85,4	96 ,4	87,2	80,7	92,5	92,4	87,2	98,0
40 - 44	101,2	90,7	107 ,4	97,1	89,4	103,3	95,6	90,1	101,5
45 - 49	102,4	86,1	113	100,5	90,7	108,4	92,9	86,7	99,7
50 - 54	102,2	87,8	111 ,1	102,3	90,2	115,5	97 ,1	88,8	106,1
55 - 59	108,3	88,5	122 ,1	105,9	88,2	120,8	101,2	89,9	113,3
50 - 64	100,5	79,7	114 .0	100,8	83,9	114,2	97,7	84,0	111,6
65 - 69	100,3	80, 2	115 ,2	100, 4	79,6	119,4	93,5	78,9	113,9
70 e -:-	83,7	62,9	98 ,2	81,3	65,1	95,3	85,4	70,1	102,7

RELATÓRIO

Fonte: LEVY, M.S.F.; SOUZA, G.A.A de; PAGLIARO, H. et allii -

da 1ª etapa da pesquisa ''Dinâmica do crescimento e redistribuiçao especial da população bahiana 50-80'' Salvador, CRH/UFBa (FINEP) 1984.

⁽²²⁾ **Ver** nesse sentido **MADEIRA, F. R.** - <u>Estatísticas de casa</u>me<u>nto *no*</u> município de São Paulo, **Cedip, FSP/USP,** 1970 (**mimeo**); **LEVY, M.S.F** &

Cabe ainda acrescentar, no que tange as idades mé dias de início das uniões, que o aumento verificado entre 1960 e 1970, ocorreu nos dois quadres domiciliares, embora tenha sido mais importante na zona urbana, onde houve um ganho de 1,23 anos, enquanto na zona rural o acréscimo foi de ,0,99 anos. Entre 1970 e 1980, a redução destas idades médias foi mais significativa na zona rural, onde foi reduzida de 1,04 anos, enquanto *no* quadro urbano, a redução significou 0,66 anos.

Mesmo sendo observadas oscilações, é no calendário da nupcialidade da população deste estado, através do aumento das idades médias de início das uniões entre 1960 e 1970 e re dução em 1980, que se nota quanto a intensidade da nupcialida de feminina caminha no sentido de um crescimento ao longo do período estudado (tabela 5). Este aumento é verificado nos dois quadros domiciliares, entretanto é mais expressivo na zo na urbana, aumentando 2,2% entre 1960 e 1970 e 1,3% entre 1970 e 1980. Esse crescimento pode ser explicado, demograficamente, por um efeito de geração.

A frequência do celibato definitivo, medida complementar da intensidade da nupcialidade, segue evidentemente tendência inversa, da intensidade do casamento. Estes reduções são mais importantes na zona urbana e entre 1960 e 1970.

⁽²²⁾ MODELO, R. "Caracterização sócio-demográfica de três cohortes femininas no Distrito de São Paulo" In: C.P.F. de Camargo et allii (edts.) A fecundidade em São Paulo: Características Demográficas, Biológicas e Sócio Econômicas, São Paulo, Ed. Brasileira de Ciências, 1977 e F.SEADE-GEADE, A influência da migração interna nos padrões de nupcialidade do Estado de São Paulo. 1980 (mimeo, relatório de pesquisa),

. Estado conjugal e fecundidade das mulheres prolíficas

Para a análise da fecundidade, calculamos o número médio de filhos das mulheres prolíficas, segundo os vários estados conjugais (tabela 7). Como esse indicador se refere a uma experiência reprodutiva cumulativa, pequenas alterações do mesmo podem refletir alterações significativas nas taxas anuais de fecundidade.

Assim, o número médio de filhos das mulheres prolíficas casadas e solteiras sugere uma tendência de declínio da fecundidade destas mulheres(23). As solteiras têm 3,80 filhos em 1960 e 3,25 em 1980 e as casadas 5,96 e 5,59 nas duas da-tas, respectivamente, números iguais aos encontrados para a região nordeste.

Em 1970 e 1980, as informações considerando a situação de domicílio destas mulheres, evidenciam a mesma tendência no quadro urbano do Estado, onde se encontram os maiores decréscimos no número médio de filhos. No quadro rural, embora aumente a fecundidade de 70 para 80, ela diminui para casadas e solteiras.

Em 1980, as viúvas prolíficas tiveram em média, 6,85 filhos e as casadas 5,59 filhos. Se consideramos todas as mu

⁽²³⁾ O recenseamento de 1960 não fornece informações sobre a fecundidade por estado conjugal segundo local de residência, e além disso esse censo utilizou a informação de filho tido, não especificando se nascido vivo.

lheres não solteiras, observamos que tinham 5,98 filhos em 1960 decrescendo para 5,67 e 5,29 nos censos seguintes.

No período de 1960-1970, há um decréscimo do número médio de filhos das mulheres viúvas e daquelas que não declararam seu estado conjugal. No período subsequente, esta tendência se inverte e é observada também com referência às mulheres que tiveram suas uniões dissolvidas por outros motivos que não a morte do cônjuge.

Em 1980, as viúvas prolíficas, residentes na zona rural, tem, em média, mais filhos do que aquelas residentes na zona urbana. Contudo, ,foi observado que as viúvas do quadro rural têm idades médias mais elevadas do que aquelas da zona urbana (tabela 2).

A proporção de solteiras com filhos aumentou de 6,20% em 1960 para 8,54% em 1970 conforme Albuquerque et alli(24). A redução do número médio de filhos das mulheres prolíficas solteiras e casadas (que representam mais de 85% de população prolífica em 1980), associada ao aumento da proporção de mulheres prolíficas (sendo essas proporções em 57,37% em 1960; 59,41% em 1970 e 63,79% em 1980), torna mais evidente o descenso da fecundidade neste Estado.

A redução das idades médias à primeira união, rela

⁽²⁴⁾ ALBUQUERQUE et allii, op. cit.

cionada ao aumento das de proporção de mulheres prolíficas e à redução do número médio de seus filhos, deve resultar entre outras coisas, da incorporação de novas formas de controle da prole.

SUMÁRIO

Tendo em vista o declínio da mortalidade adulta, a consequente melhoria da longevidade, a manutenção de taxas altas de fecundidade, e mudanças de algumas características da migração no Estado, obtém-se, como um dos resultados variações significativas no mercado matrimonial. De fato, no período estudado, aumentam as razões de masculinidade nas idades jovens e mantém-se altas nas idades mais velhas.

Dessa perspectiva, as alterações na disponibilidade de homens influe na nupcialidade, e isso pode ser percebido em alguns dos achados deste trabalho.

Assim, resumindo esses achados, observamos para o período, que as mulheres casam-se mais e mais cedo, hoje, do que há alguns anos atrás. Aumentam os casamentos na zona rural e mais ainda na urbana. Ha também um aumento do número de casamentos de mulheres em idades mais velhas, o que diminui o número de celibatárias e aumenta a intensidade dos casamentos. Nota-se um aumento de mulheres casadas e uma diminuição das solteiras, viúvas e outras descasadas, sugerindo novas uniões no caso destas últimas.

Observamos que as mulheres da Bahia, hoje, são em

sua maioria casadas no civil e religioso, apesar de que na ZONA rural do Estado o casamento religioso, mesmo em declínio, tem ainda certa importância e é particularmente praticado por mulheres mais velhas.

As mudanças sociais em geral, a maior institucionalização, resultando na maior formalização das uniões, as mu danças no comportamento das pessoas em direção a uma, maior secularização, levam a um aumento do número de casamentos no civil e religioso, e só no civil. Razões provavelmente diferentes, ou até divergentes, em distintas camadas sociais, podem levar as mulheres a se unirem mais, em uniões do tipo consensual ou livre. As uniões de tipo "só civil" e "livre" são preferidas pelas mulheres mais jovens, particularmente pelas residentes na zona urbana.

Embora muitas dessas condições sejam favoráveis ao aumento da família, o número médio de filhos tidos pelas mulheres residentes no Estado da Bahia vem decrescendo, tanto para as casadas como para as solteiras, o que indica uma incorporação mais ampla de técnicas eficazes de limitação da prole. Diferentemente, as viúvas e as outras não casadas residentes em zona rural, aumentaram sua prole nas duas últimas décadas.

As informações aqui analisadas são sugestivas e evidenciam que se processaram significativas alterações nas formas de controle social sobre o exercício da sexualidade, na Bahia, expressas nas condições de nupcialidade, que foram mu-

dando no peróodo analisado. Um aprofundamento da análise, destas questões poderá lançar luzes sobre as redefinições das formas de reprodução social e biológica a elas associadas, e, que estão ocorrendo numa fase de rápido desenvolvimento do Estado, que vem de 1950 aos dias atuais.

TABELA 1

ESTADO CONJUGAL DA POPULAÇÃO FEMININA DE 15 ANOS E MAIS DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

ESTADO CONTIGAL	1	1960			1970		1	1980	
	D	н	T	Ŋ	Я	T	n	æ	E
SOLTEIRAS	88 88	34,03	£ ,8	40,99	33,8	37,40	36,16	28,14	32,43
CASADAS	43,89	54,92	50,68	43,74	5 4 ,9	49 ,91	47,77	59,92	53,43
VIÚVA£	10,14	7,58	8,56	9,46	7,7	8,49	8,48	7,08	7,80
SEPARADAS DESQUITADAS E DIVORCIADAS	7,06	3,37	£,4	5,73	3,53	4,52	4,48	2,45	3,54
SEM DECLARAÇÃO	0,0	0,0	9,0	9,0	0,0	9,0	3,11	2,5 4,	2,80
TOTAL	664,118 1	664,118 1,089,078 1,727,196	.727.196	95E.818 1	.182.040 2	.137.858 1	955,818 1.182,040 2.137,868 1,459,427 1,267,128 2,725,555	.267.128 2	.726.555
1	100,00	10,00	1 ω , ω 1ω, ω	100,00	100,00	100,00	100,00 $100,00$ $100,00$ $100,00$ $100,00$	100,00	100,00

FONTE: F.IBGE CENSOS DEMOGRÁFICOS DA BAHIA.

TABELA 2

MÉDIA I MEDIANA DAS IDADES DAS MULHERES POR ESTADO CONJUGAL E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO SEGUNDO OS TRÊS ÚLTIMOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DA BAHIA

ESTADO C	CONJUGAL		1960			1970			1980	
≥ . ⊲	MÉDIA E	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL
	IK	27,11	24,05	25,32	26,00	24,22	25,10	25,39	24,39	24,99
SOLTEIRAS	ME	20,81	17,50	20,40	20,47	17,50	20,28	20,27	17,50	17,50
	×	32,95	36,82	36,53	36,77	37,11	36,97	36,98	37,98	37,80
CASADAS	ME	31,56	32,44	32,13	32,84	32,48	32,49	32,20	33,57	33,25
	×	58,26	59,38	58,87	59,06	59,43	59,40	61,22	62,62	61,81
VIÚVAS	ME	57,02	55,87	55,75	57,16	57,42	57,28	08,09	61,47	62,10
	I×	37,24	37,14	37,16	34,78	55,40	52,27	36,84	36,75	36,80
SEM DECLAPAÇÃO P	FAÇÃO ME	30,39	32,59	32,34	29,02	55,19	50,89	30,06	28,92	29,62
POP(II.AUÃO	×	35,01	34,28	39,56	34,78	34,66	34,72	35,10	35,99	35,51
TOTAL	2		28,76	29,10	29,02	28,88	28,94	28,96	29,95	29,39

TABELA 3

TIPOS DE UNIÃO DA POPULAÇÃO FEMININA DE 15 ANOS E MAIS DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

C ✓ TINIT THE		1960			1970			1980	
ILFOS DE UNIAO	E	Ω	В	T	Ū	R	E	n	В
Civil e Religioso	31,82	41,27	27,12	34,24	43,46	28,30	37,07	37,07 42,20	32,38
Só Civil	11,79	16,03	9,67	15,41	19,34	12,87	20,15	22,42	18,07
Só Religiono	42,41	23,25	51,97	37,38	19,86	48,68	23,61	23,61 12,72	33,60
Consensual	13,98	19,45	11,24	12,97	17,34	10,15	19,17	19,17 22,66	15,95
Todas as Uniões	100,00	100,00 291.483	100,00 100,00 231.483 538.787 1	100,00 100,00 583.797 1.067.143	100,00	100,00	100,00 100,00 100,00 1,466.762 697,162 759,600	100,00	100,00

FONTE: F.IBGE - Censos Demográficos do Estado da Bahia.

TABELA 4

MÉLIA E MEDIANA DAS IDADES DAS MULHERES POR TIPO DE UNIÃO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO SEGUNDO OS TRÊS ÚSTIMOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DA BAHIA

TIPOS DE UNIÃO E	ы ы		1960			1970			1980	
MEDIANA MEDIAS		URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL URBANA	URBANA	RURAL	TOTAL
CIVIL	×	38,39	41,33	40,06	39,02	41,28	40,16	39,03	40,38	39,65
E RELICIOSO	ME	34,22	37,38	35,86	34,98	37,31	36,04	34,87	35,96	36,32
SÓ	×	33,86	34,02	33,95	34,54	34,12	34,32	34,40	33,22	33,85
CIVIL	ME	30,10	30,13	30,12	30,74	29,86	30,16	29,91	28,83	29,47
SĆ	×	35,19	35,45	35,40	36,64	36,05	36,18	40,76	36,95	40,16
RELIGIOSO	ME	30,91	31,20	31,15	32,45	31,56	31,73	36,61	35,75	35,98
LIVRE	×	33,40	34,71	34,10	33,75	34,31	34,02	33,61	34,33	33,92
OU CONSEASUAL	Ā	29,79	30,88	30,34	30,03	30,27	30,14	29,54	29,76	29,63
TOTAL	×	35,95	36,82	36,53	36,77	37,11	36,97	36,98	37,98	37,50
DE CASADOS	¥	31,56	32,44	32,13	32,84	32,48	32,49	32,20	33,57	33,25
			•							

TABELA 5

DAF UNIÕES, DA POPULAÇÃO FEMININA DO ESTADO DA BAHIA, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO IDADE MÉDIA À PRIMEIRA UNIÃO, FREQUÊNCIA DO GELIBATO DEFINITIVO E INTENSIDADE EM 1960, 1970 E 1980

ANOS DE C SITUAÇÃO	ANOS DE CENSOS E SITUAÇÃO DE	IDADE MÉDIA À 1ª UNIÃO (*)	FREQUÊNCIA DO CELIBATO DEFI	INTENSIDADE DA NUPCIALIDADE
DOMICÍI,10	0:			%(***)
	H	22,34	4,54	95,46
1960	n	22,37	7,09	92,91
	æ	22,43	3,12	96,88
	E	22,95	3,94	9 0, 96
1370	n	23,50	5,05	94,95
	æ	22,52	3,00	97,00
	H	22,23	3,41	96,59
1980	n	22,84	3,85	96,13
	æ	21,48	2,85	97,15

FONTE: F.IBGE - Censos Demográficos da Bahia.

TABELA 7

NÚMERO MÉDIO DE FILHOS DAS MULHERES PROLÍFICAS DE 15 ANOS E MAIS DO ESTADO DA BAHIA, SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

	1960		1970			1980	
ESTADO CONJUGAL	TOTAL	TOTAL	URBANO	RURAL	TOTAL	URBANO	RURAL
SOLT: TRAS	3,80	3,60	3,59	3,60	3,25	3,16	3,53
CASA1)AS	5,96	5,89	5,65	6,0	5,59	5,18	5,97
VIÚVAS	6,80	6,19	6,22	6,16	6,85	69,9	7,61
SEP/RADAS, DESQUITA DAS E DIVORCIADAS	4,76	5,18	5,28	8,3	5,26	5,20	5,40
SEM LUCLARAÇÃO	5,71	4,01	4,51	4,18	4,97	4,92	5,06
TOTAL	2,90	5,76	5,53	5,92	5,58	5,22	6,35

FONT:: F.IBGE - Censos Demográficos do Estado da Bahia.

Figura 1

Distribuição percentual das mulheres solteiras de 15 anos e mais , segundo grupos quinquenais de idade, área rural. Censos do Estado da Bahia nas datas de 1960, 70 e 80.

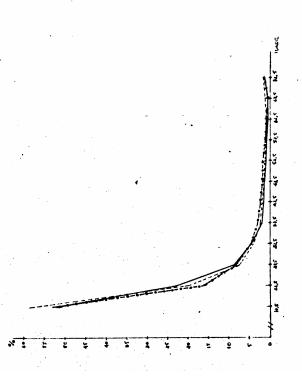


Figura 2

Distribuição percentual das mulheres solteiras de 15 anos e mais, segundo grupos quinquenais de idade, área urbana. Censos do Estado da Bahia mas datas de 1960, 70 e 80.

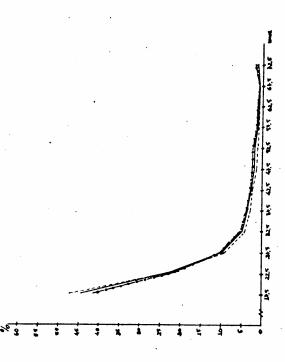


Figura 3

Distribuição percentual das mulheres casadas de 15 anos e mais, se gundo grupos quinquenais de idade, área rural. Censos do Estado da Bahia nas datas de 1960, 70 e 80.

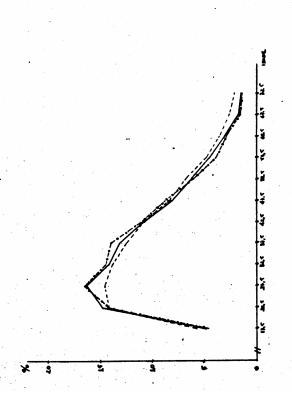
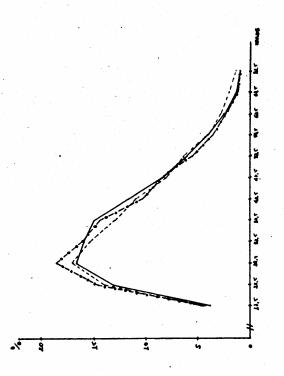


Figura 4

Distribuição percentual das mulheres casadas de 15 anos e mais, se gundo grupos quinquenais de idade, área urbana. Censos do Estado da Bahia nas datas de 1960, 70 e 80.



	-d = 22.84	-4 - 32, 20
\$ = 12.03	# : TT : E	\$ = 42.89
X= 35.95	E = 34.33	£ = 36.98
3	***	0867

Figura 5

Distribuição percentual do total das mulheres solteiras de 15 anos e mais, segundo grupos quinquenais de idade. Censos do Estado da Baháa nas datas de 1960, 70 e 80.

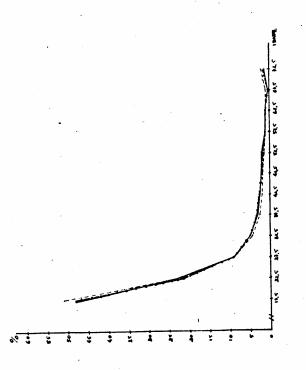
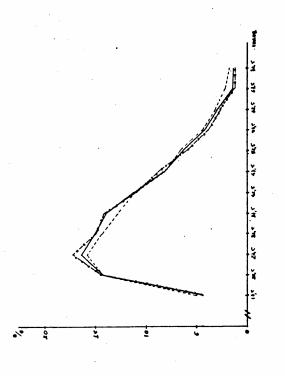


Figura 6

Distribuição percentual do total das mulheres casadas de 15 anos e mais, segundo grupos quinqüenais de idade. Censos do Estado da Bahia nas datas de 1960, 70 e 80.



24.53 E = 12.51 mb = 52.11	end = 82.49	25.25 = Ja
x = 24.53 t = 12.51	\$ = 12. 43	1797 = 5
54.53	*	33.30
14	ĸ	!! !처
	13 048T	= 2 0861